

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA IESA ÓLEO & GÁS S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**IESA ÓLEO & GÁS S.A.**, companhia fechada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mayrink Veiga, 09, 6º - 14º andares, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 07.248.576/0001-11, neste ato representada na forma de seu estatuto social e doravante denominada simplesmente "Emissora";

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, Itaim, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") ("Agente Fiduciário"); e

**VALDIR LIMA CARREIRO**, brasileiro, engenheiro civil, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 731.797-2, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob nº 017.353.909-25, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, na Av. Pineville, 450, Casa 32, Pinhais, CEP 83325-585 ("Sr. Valdir"), (ii) **ATILANO DE OMS SOBRINHO**, brasileiro, advogado, casado sob o regime da comunhão universal de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 388.878-9, inscrito no CPF/MF sob nº 000.848.409-00, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, na Rodovia Haroldo Soares Glavam, 4.450, Casa 4 - Condomínio Saint Barth, Cacupe, CEP 88050-005 ("Sr. Atilano") e (iii) **JAUNEVAL DE OMS**, brasileiro, industrial, viúvo, portador da Cédula de Identidade RG nº 479.964-0, inscrito no CPF/MF sob nº 021.617.377-91, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, no



Estado do Paraná, na Rua Hermes Fontes, 640, Batel, CEP 80440-070 ("Sr. Jauneval"), todos em conjunto denominados "Fiadores".

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da IESA Óleo & Gás S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de junho de 2011 ("Assembleia Geral").

## 2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, e a distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, serão realizadas com observância dos seguintes requisitos.

### 2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

2.1.1.1 A ata da Assembleia Geral será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Comercial", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

### 2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura, seus eventuais aditamentos e anexos deverão ser inscritos na JUCERJA, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCERJA deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo arquivamento.

### 2.1.3 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários



Z

Q

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

#### 2.1.4 **Dispensa de Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais**

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

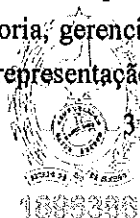
#### 2.1.5 **Registro do Contrato de Cessão Fiduciária**

2.1.5.1 Tendo em vista que a presente Emissão conta com a garantia real descrita no item 4.1.8 abaixo, o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) será levado a registro (i) em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e uma via, devidamente registrada, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados do efetivo registro.

### 3. **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### 3.1 **Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamento e administração nas áreas de óleo e gás; b) execução de serviços de construção, de manutenção, montagem e assistência técnica nas áreas de óleo e gás, química e petroquímica; c) execução e prestação de serviços de construção civil aplicado às áreas de "off-shore" e "on-shore"; d) manutenção, modificação e operação de sistemas de exploração e processamento de petróleo e gás; e) prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração nas áreas de óleo, gás, química e petroquímica; f) representação e comercialização de produtos e serviços



ligados ao objeto social; g) exportação e importação dos produtos e serviços descritos nos incisos antecedentes; h) participação em licitações, através de consórcios ou SPC's, para consecução do seu objeto social; i) participação em outras sociedade, no país e no exterior na qualidade de sócio-quotista ou acionista.

02  
7

### 3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").

### 3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

### 3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

### 3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas até 6.000 (seis mil) debêntures ("Debêntures").

### 3.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.6.1 O banco mandatário será o Banco Pine, instituição financeira com sede e foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 29º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.144.175/0001-10 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária das Debêntures será a BANCO BRADESCO S.A., sociedade com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, CEP 06029-900, na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Instituição Depositária").

### 3.7 Destinação dos Recursos



*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

08  
/

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão depositados na conta vinculada, conforme identificada no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios a ser firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Bradesco S.A., acima qualificado, também denominado "Banco Bradesco", na qualidade de depositário dos recursos da conta corrente vinculada e utilizados, obrigatoriamente, para liquidação das Cédulas de Crédito Bancário – CCB nºs 0068/11, 0069/11 e 0070/11, celebradas, em 25 de março de 2011, entre a Emissora e o **BANCO PINE S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, 8501, 29º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.144.175/0001-20 ("Banco Pine"), no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) cada, que perfazem o valor total de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ("Empréstimo Ponte"), para promover a liberação de quaisquer ônus e/ou gravames relativos às garantias do Empréstimo Ponte constituídas por meio do Termo de Constituição de Garantia Fiduciária, nº 003/11, firmado entre a Emissora, o Banco Pine e o Consórcio, em 25 de março de 2011. Uma vez liquidado o Empréstimo Ponte e liberadas as garantias, o saldo dos recursos da Emissão será utilizado para manutenção e custeio das operações e encargos correntes e futuros da Emissora, tais como, mas não limitados às obrigações trabalhistas, contratuais, financeiras e legais.

### 3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que cumpridas, pela Emissora, as exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão



2

1

considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor sejam considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 subscrevam, no âmbito da oferta pública das Debêntures, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

09  
y

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, com intermediação da (i) **PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 29º andar – sala 15, Edifício Business Tower, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.236.777/0001-78, na qualidade de coordenador líder (“PINE”), e (ii) **BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º andar, CEP 04538-905, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.111.187/0001-12, na qualidade de coordenador (“BESI” e, em conjunto com o PINE, os Coordenadores, cada qual, um “Coordenador”).

3.9.1.1 Os Coordenadores realizarão a colocação das Debêntures em regime de garantia firme na seguinte proporção:

- (i) PINE: 3.125 (três mil, cento e vinte e cinco) Debêntures, no valor de R\$31.250.000,00 (trinta e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais); e
- (ii) BESI: 2.875 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco) Debêntures, no valor de R\$28.750.000,00 (vinte e oito milhões e setecentos e cinquenta reais).

3.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09 e a partir da data de início de distribuição.

3.9.3 Os Coordenadores poderão procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.



Z

Handwritten signature

3.9.4 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.9.5 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.6 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

3.9.7. A colocação das Debêntures está condicionada a formalização da garantia descrita no item 4.1.8. a seguir.

#### 4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Características Básicas

###### 4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Nominal Unitário").

###### 4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de junho de 2011 ("Data de Emissão").

###### 4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 23 (vinte e três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de maio de 2013, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definidas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.



Handwritten signature and initials.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.1.8 *Garantia Real e Conta Vinculada*

4.1.8.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora sob as Debêntures, a Emissora, previamente a efetiva liquidação das Debêntures, deverá ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio do contrato de cessão fiduciária ("Contrato de Cessão Fiduciária"), direitos de crédito que detém contra o Consórcio CII - Consórcio Ipojuca Interligações ("Consórcio"), relativos ao pagamento de Taxa de Administração Central (TAC) prevista no "Acordo Operacional de Consórcio" firmado entre a Construtora Queiroz Galvão S.A. e a Emissora, em 21 de junho de 2010, em valor de aproximadamente R\$77.400.000,00 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil reais).

4.1.8.2 Ainda, conforme o Acordo Operacional de Consórcio, a TAC será repassada para as consorciadas na proporção de suas participações no Consórcio, ou



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



seja, a Emissora tem direito ao recebimento de 40% (quarenta por cento) do valor das TAC ("Recebíveis").

4.1.8.3 A cessão fiduciária pactuada será considerada automaticamente constituída tão logo o Empréstimo Ponte seja liquidado e as respectivas garantias sejam liberadas, independente de notificação, comunicação ou qualquer outro ato das Partes. A cessão fiduciária resulta na transferência, pela Emissora aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da propriedade resolúvel e da posse indireta dos Recebíveis e dos direitos, atuais ou futuros, detidos pela Emissora junto ao Banco Bradesco em razão da conta vinculada, permanecendo a sua posse direta com a Emissora.

4.1.8.4 A Emissora manterá junto ao Banco Bradesco a Conta Vinculada (tal como definida e identificada no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Prestação de Serviço de Depositário) na qual serão depositados integralmente os recursos oriundos dos Recebíveis.

4.1.8.5 A Conta Vinculada não poderá ser movimentada pela Emissora, sob qualquer forma, inclusive mediante a emissão de cheques. A Emissora obriga-se a assinar todos os documentos e a praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do disposto neste item. Enquanto o Contrato de Cessão Fiduciária estiver em vigor e efeito, e as obrigações da Emissora não tiverem sido integralmente pagas, a Conta Vinculada será movimentada pelo Banco Bradesco, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviço de Depositário, em conformidade com os termos do Contrato de Cessão Fiduciária e da Procuração que constitui seu Anexo II.

4.1.8.6 O Banco Bradesco enviará ao Agente Fiduciário extratos mensais da Conta Vinculada, para verificação e controle da garantia.

4.1.8.7 A partir da data de subscrição das Debêntures, os recursos oriundos do pagamento dos Recebíveis depositados na Conta Vinculada serão integralmente retidos pelo Banco Bradesco para pagamento das obrigações da Emissora relativas às Debêntures ("Recursos da TAC").

4.1.8.8 A Emissora, caso venha a receber, em violação ao disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, os Recebíveis de forma diversa da prevista ou em outra conta que não seja a Conta Vinculada, receber-los-á na qualidade de fiel depositária e deverá depositar a totalidade dos Recebíveis assim recebidos na Conta Vinculada no primeiro



13.  
dia útil subsequente a data de verificação do seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, independentemente de qualquer notificação ou outra formalidade para tanto, bem como informar o Agente Fiduciário acerca da ocorrência de tal evento.

4.1.8.9 A Emissora, às suas próprias expensas, deverá tomar todas as providências necessárias para cobrar os Recebíveis assim que exigíveis, atuando de forma diligente.

4.1.8.10 Os Recebíveis, enquanto não utilizados para pagamento das obrigações da Emissora relativas às Debêntures, poderão ser aplicados pelo Banco Bradesco em títulos do tesouro nacional e/ou certificados de depósito bancário de liquidez diária.

4.1.8.11 Sem prejuízo do disposto no 4.8.2 abaixo, relativo à reserva de amortização, o restante dos valores depositados na Conta Vinculada que não sejam os Recebíveis, em não tendo ocorrido qualquer evento de inadimplemento, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e desta Escritura, serão transferidos pelo Banco Bradesco para conta corrente de titularidade da Emissora, mediante anuência do Agente Fiduciário, de livre movimentação..

4.1.8.12 O eventual inadimplemento de obrigações da Emissora nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou desta Escritura, será comunicado imediatamente ao Banco Bradesco pelo Agente Fiduciário.

4.1.8.13 Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação do Contrato de Cessão Fiduciária e/ou desta Escritura e/ou declaração de vencimento antecipado das Debêntures, os recursos depositados e os que serão depositados na Conta Vinculada, bem como os investimentos a eles relativos (inclusive aqueles que não sejam Recursos da TAC), permanecerão bloqueados para utilização pelo Agente Fiduciário até o imediato pagamento da obrigação inadimplida não sanada no prazo estabelecido, se houver, ou o pagamento integral das obrigações da Emissora relativas às Debêntures, conforme o caso. Sanado o evento de inadimplemento e/ou quitadas as obrigações, os recursos bloqueados que não sejam Recursos da TAC serão liberados conforme notificação do Agente Fiduciário e transferidos para conta de livre movimentação da Emissora.

4.1.9 *Garantia Fidejussória*



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

14

4.1.9.1 Em garantia adicional do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora sob as Debêntures, os Fiadores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e responsáveis pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da presente Escritura, conforme os termos e condições abaixo delineados.

4.1.9.2 Os Fiadores declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e pagadores, de forma solidária, das obrigações relativas às Debêntures.

4.1.9.3 As obrigações relativas às Debêntures que deixarem de ser cumpridas pela Emissora serão pagas por todos ou por qualquer um dos Fiadores, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação escrita que neste sentido lhes for enviada pelo Agente Fiduciário, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de inadimplemento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

4.1.9.4 Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 835, 836, 837 e 839 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei 5.869/73 – Código de Processo Civil.

4.1.9.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.1.9.6 A presente fiança entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral das obrigações relativas às Debêntures, conforme certificado por escrito pelo Agente Fiduciário, sendo certo que somente a partir de tal data os Fiadores estarão desobrigados de efetuar qualquer pagamento relativo a esta Escritura.



*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

4.1.9.7 Os Fiadores, desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral das obrigações relativas às Debêntures.

157

## 4.2 Subscrição

### 4.2.1 Prazo de Subscrição

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 3.9.2 acima.

### 4.2.2 Preço de Subscrição

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

## 4.3 Forma de Integralização

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

## 4.4 Direito de Preferência

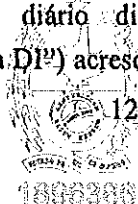
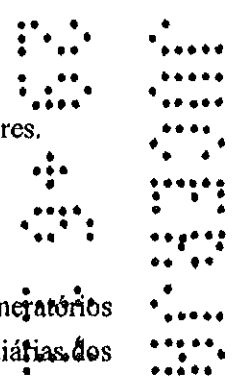
4.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

## 4.5 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

## 4.6 Remuneração

4.6.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") acrescida de spread de 6,0% (seis por cento) ao



Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

16

ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal de cada Debênture ou saldo do Valor Nominal, desde a Data de Emissão, ou data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior e pagos ao final de cada Período de Capitalização, aplicando-se a fórmula descrita no item 4.6.3 abaixo ("Remuneração").

4.6.1.1 Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6.2 A Remuneração será paga a partir da Data de Emissão, no dia 1º dos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio, ou no primeiro dia útil subsequente, caso o mesmo não seja dia útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 1º de agosto de 2011 e o último pagamento da Remuneração será devido na Data de Vencimento.

4.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros", Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}), \text{ onde:}$$



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

117  
4

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{T DI}_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{T DI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" é igual a 6,0% (seis por cento) ao ano



Handwritten signature.

Handwritten signature.

18  
1

"DP" é o número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.6.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, assembleia geral de Debenturistas, observados os termos previstos na presente Escritura para a respectiva realização ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração (a "Remuneração Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas em comento.

4.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora observa o procedimento estabelecido a seguir:



Z

- 19  
7
- i) apresentação, pela Emissora, de cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definidas nesta Escritura, o qual não excederá a Data de Vencimento e a amortização prevista nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelo voto da maioria dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

#### 4.7 Repactuação

- 4.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.8 Amortização Programada

- 4.8.1 O Valor Nominal Unitário na Data de Emissão será amortizado trimestralmente, em 8 (oito) parcelas consecutivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo:

| PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO (EM RELAÇÃO AO VALOR NOMINAL UNITÁRIO NA DATA DE EMISSÃO) | DATA DE PAGAMENTO       |
|---|-------------------------|
| 2%  | 1º de agosto de 2011    |
| 4,5%  | 1º de novembro de 2011  |
| 8,5%  | 1º de fevereiro de 2012 |
| 13%   | 1º de maio de 2012      |
| 15,5%   | 1º de agosto de 2012    |
| 13%   | 1º de novembro de 2012  |
| 20%   | 1º de fevereiro de 2013 |
| 23,5%   | 1º de maio de 2013      |



Z



4.8.2 Será constituída uma reserva de amortização com os recursos que sejam depositados e retidos na Conta Vinculada, oriundos ou não de Recebíveis, observados os períodos e volumes estabelecidos a seguir:

i) no período decorrido entre 1º de maio de 2012, e 31 de janeiro de 2013, inclusive, a reserva de amortização deverá ter o valor de, no mínimo, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

ii) no período decorrido entre 1º de fevereiro de 2013 e 1º de maio de 2013, inclusive, a reserva de amortização deverá ter o montante de no mínimo R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

4.8.4 Caso a reserva de amortização não contenha os valores acima referidos nas correspondentes datas, tal fato será considerado um descumprimento de obrigação pecuniária para fins desta Escritura, sujeito a declaração de vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures em Circulação.

#### 4.9 Condições de Pagamento

##### 4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada a



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

21  
Emissora ou ao Banco Mandatário qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 4.9.2 Prorrogação dos Prazos

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

#### 4.9.3 Encargos Moratórios

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### 4.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.9.4.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no "Diário Comercial", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em 5 (cinco) dias contados da data da sua realização.



2

29

## 5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, conforme definidas abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

### 5.2 Resgate Antecipado

5.2.1 A Emissora não poderá resgatar antecipadamente as Debêntures.

### 5.3 Vencimento Antecipado

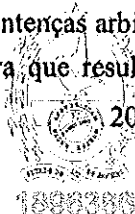
5.3.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigir da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos



23  
7

pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão e desta Escritura;
- ii) não pagamento pela Emissora de qualquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nos prazos previstos nesta Escritura;
- iii) destinação dos recursos oriundos da Emissão para finalidades diversas daquelas previstas no item 3.7 desta Escritura;
- iv) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias relacionadas às Debêntures estabelecidas nesta Escritura, observados os eventuais prazos de cura aplicáveis;
- v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, sua controladora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, em valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- vi) ocorrência de alteração do acionista controlador, conforme definido no artigo 116 da Lei nº 6.404/76 ou alteração na composição societária da controladora da Emissora ou alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta de ações do capital social da Emissora ou de sua controladora, em qualquer operação isolada ou série de operações, sem o prévio consentimento dos titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que resultem em alteração do acionista controlador de quaisquer das pessoas jurídicas ora mencionadas;
- vii) protesto de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua ocorrência do evento, salvo se (a) for cancelado ou (b) forem prestadas garantias em juízo pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário;
- viii) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora, que resultem ou possam resultar em obrigação de



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

24

pagamento para a Emissora de valor unitário ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para as quais não haja provisão para pagamento;

- ix) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- x) autuações por órgãos governamentais, de natureza fiscal, social, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), não contestadas nos prazos legais;
- xi) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou, de qualquer modo, adquirir compulsoriamente totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;
- xii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xiii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações por ela assumidas nesta Escritura;
- xv) constituição de ônus, gravames, restrições ou garantia real sobre qualquer dos ativos da Emissora, de valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sem o prévio consentimento dos titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- xvi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

25  
7

- xvii) não cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, assim como vencimento antecipado, cancelamento, revogação ou qualquer fato que importe em término ou redução do volume mínimo das garantias, sem que haja o reforço da garantia ou a prestação de nova garantia pela Emissora na forma prevista no de Cessão Fiduciária, devendo a nova garantia ser aprovada, quando necessário, por Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, garantia esta que deverá ser constituída e levada a registro junto aos cartórios competentes, observados os prazos, limites mínimos e proporções mínimas estabelecidos;
- xviii) criação ou permissão, por parte da Emissora, da existência de quaisquer ônus ou gravames sobre a Garantia Real;
- xix) não constituição, pela Emissora, da garantia prevista nesta Escritura;
- xx) amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta de pagamento de remuneração, pela Emissora a seus acionistas, em caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações relacionadas às Debêntures;
- xxi) redução do percentual atual de participação da Emissora no Consórcio;
- xxii) redução da TAC em percentual inferior a 7% (sete por cento) do faturamento bruto do Consórcio, tal como estabelecido no Acordo Operacional de Consórcio;
- xxii) rescisão, independentemente do motivo, do "Contrato que Entre si Celebram Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. e Consórcio CII - Consórcio Ipojuca Interligações, na Forma Abaixo", nº 0800.0057000-12 firmado em 10 de março de 2010;
- xxiii) alteração adversa do estado econômico-financeiro da Emissora, que a critério dos debenturistas possa prejudicar sua capacidade de cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme notificação que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido;
- xxiv) distribuição de dividendos acima do mínimo previsto na legislação aplicável;



R

X

26  
xxv) não cumprimento das obrigações previstas no Acordo Operacional de Consórcio, principalmente as de aporte; e

xxvi) inobservância, durante o prazo das Debêntures, dos seguintes índices financeiros: (a) Dívida Líquida / EBITDA da Emissora deverá ser igual ou superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), (b) Liquidez Geral, definido como o somatório do ativo circulante e do ativo não circulante dividido pelo somatório do passivo circulante e do passivo não circulante da Emissora, superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos), (c) Liquidez Seca, definida como o ativo circulante menos estoques, dividido pelo passivo circulante da Emissora, superior a 1,1 (um inteiro e um décimo) e (d) Índice de Cobertura da Dívida das Debêntures equivalente a 1,2 (um inteiro e dois décimos), caso em que a TAC e os demais recursos retidos na Conta Vinculada, se for o caso, devem representar, no mínimo 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures.

onde,

“Dívida Líquida” significa a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, deduzido do saldo em caixa e aplicações financeiras; e

“EBITDA” significa o somatório, para os últimos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores à data de apuração, (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e (iv) das despesas não recorrentes deduzidas das receitas não recorrentes ocorridas no mesmo período, com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

5.3.1.1 Para fins do disposto no subitem 5.3.1 (xxvi) acima, fica desde já acordado que o Índice Financeiro será apurado e revisado trimestralmente pela Emissora, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Emissora, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração do Índice Financeiro. O Índice Financeiro deverá ser disponibilizado ao Agente Fiduciário nas mesmas datas previstas na Instrução CVM nº



277

480/2010 para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais - ITR, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tal Índice Financeiro, e da declaração do Diretor de Relações com Investidores ou do Diretor Presidente da Emissora, conforme o caso, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

5.3.1.2 Caso a Emissora esteja obrigada, na data de celebração da presente Escritura, ou assuma posteriormente, em quaisquer contratos ou no âmbito da emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários, obrigação de observar índice financeiro mais rigoroso do que aquele previsto na presente Escritura, tal novo índice financeiro passará a valer para as Debêntures como se aqui estivesse transcrito.

5.3.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas, nos prazos previstos nesta Escritura.

5.3.3 A Data de Vencimento Antecipado será a data de ocorrência de qualquer um das situações descritas no item 5.3.1. acima ou o primeiro dia útil posterior ao decurso do prazo de cura, se houver, sem que a situação tenha sido sanada.

5.3.4 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos do item 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da declaração, pelo Agente Fiduciário, da Data de Vencimento Antecipado.

5.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o pagamento, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura deverá ser efetuado pela Emissora e/ou pelos Fiadores em até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação de vencimento antecipado enviada pelo Agente Fiduciário. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

24

1806286

AGENTE FIDUCIÁRIO  
DO ACORDO  
FLAHER



28  
7

5.3.6 Caso a Emissora não efetue a quitação da dívida na forma e prazo estipulado no item anterior sobre a mesma incidirão os Encargos Moratórios estabelecidos no item 4.9.3..

## 6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
- a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) declaração do Diretor Presidente de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - b) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;
  - d) dentro de 2 (dois) dias úteis da data de seu envio ou divulgação aos Debenturistas ou ao mercado, cópia de todas os avisos, comunicados e atas de assembleias que, de qualquer forma, envolvam interesses dos Debenturistas;



29  
9

- e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após seu recebimento, que possa resultar em um efeito adverso sobre a Emissora;
  - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência e/ou de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso sobre a Emissora, imediatamente após a sua verificação;
  - g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCERJA em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo arquivamento; e
  - h) os eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da respectiva data de vencimento.
- ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3 (v) desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCERJA, bem como do Contrato de Cessão Fiduciária em Cartório de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir das respectivas datas de assinatura;
- iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- v) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos desta Escritura, caso o Agente Fiduciário, tendo recebido informações que justifiquem tal convocação ou solicitação neste sentido, não o faça;
- vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

30  
7

- vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituição financeira autorizada para a prestação desse serviço;
- viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- x) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário;
- xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
  - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- 21  
y
- b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente aos Coordenadores; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xvi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- xvii) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Mandatário, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento até às 18h30 (dezoito horas e trinta minutos) da véspera do evento;
- xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e despesas de locomoção para comparecimento às assembleias gerais de debenturistas, bem como outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- xix) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

32

Meio Ambiente, as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, assim como, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- xx) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.; e
- xxi) A Emissora envidará os melhores esforços para obter dos Fiadores declaração anual, ou sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, que comprove sua capacidade econômico-financeira em honrar as obrigações assumidas nesta Escritura.

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xvii) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora, desde que razoáveis; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

33  
6.3 Para fins de cálculo do valor das Debêntures, bem como das respectivas Remunerações, caso a Taxa DI não seja divulgada até o horário previsto no item 6.1, xvii acima, utilizar-se-á a Taxa DI do dia útil imediatamente anterior para realização dos cálculos.

6.3.1. Observado o disposto no item acima e, se for o caso, referidos valores serão devidamente ajustados quando da divulgação da Taxa DI do dia em referencia.

## 7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora nomeia e constitui a PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

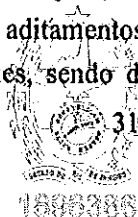
7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, e com base da opinião legal emitida pelo respectivo escritório acerca da Emissão, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sendo devidamente ressarcido pela Emissora dos



valores necessários para a inscrição. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) verificar a regularidade da constituição das garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- x) intimar a Emissora a reforçar as garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- xi) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima;
- xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora enviará todos os atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



36

prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i) declaração acerca da manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais; e
- j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo



*[Handwritten signature]*

37  
7

grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- 1) denominação da companhia ofertante;
  - 2) valor da emissão;
  - 3) quantidade de debêntures emitidas;
  - 4) espécie;
  - 5) prazo de vencimento das debêntures;
  - 6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação do garantidor; e
  - 7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- xv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no escritório do Agente Fiduciário;
  - c) na CETIP;
  - d) na CVM; e
  - e) na sede do PINE, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xvi) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;



4

- 38
- xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto a Emissora, o Banco Mandatário e a CETIP;
  - xviii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem amortizadas antecipadamente, se for o caso;
  - xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
  - xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;
  - xxi) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para examinar proposta de substituição de bens dados em garantia, quando a substituição estiver autorizada por esta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância ou discordância, conforme o caso;
  - xxii) cumprir as demais funções contidas no Contrato de Cessão Fiduciária;
  - xxiii) divulgar as informações referidas no item 7.3 (xiv) "j" em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
  - xxiv) disponibilizar diariamente, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas, inclusive promover a excussão das Garantias;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

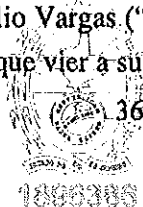
39

- ii) requerer a falência da Emissora;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
- v) excutir as garantias reais da Emissão.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 03 (três) dias úteis após a assinatura da presente Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas. O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas, ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos, sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;

7.7 As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;

7.8 Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos titulares das Debêntures, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures, (iii) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (iv) a execução das garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação;

7.9 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido. a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, que não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;

7.10 A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

## 8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas. A Assembleia Geral



*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

de Debenturistas será realizada, obrigatoriamente, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Emissora deverá ser sempre convocada para participar das Assembléias dos Debenturistas

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações, em primeira convocação, serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.9 A alteração do quórum qualificado previsto acima dependerá da aprovação por titulares da totalidade das Debêntures em Circulação.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- 42
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
  - iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
  - iv) que irá verificar, previamente à liquidação das Debêntures, a regularidade da constituição ou o protocolo dos documentos e atos necessários à constituição das garantias reais da Emissão, nos termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade das referidas garantias;
  - v) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - vi) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
  - vii) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
  - viii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
  - ix) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
  - x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
  - xi) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
  - xii) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e



2

Q

- 43
- xiii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora, sem prejuízo das declarações por ela prestadas no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data, ressalvadas as garantias reais da Emissão pactuadas no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJA, seu registro em Cartório de Títulos e Documentos nos termos previstos nesta Escritura e o registro das debêntures na CETIP;





- 44
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
  - viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
  - ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
  - x) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
  - xi) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - xii) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, a Emissora não tem conhecimento de nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
  - xiii) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
  - xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações



relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

- xv) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- xvi) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados, que, individualmente ou em conjunto, possam afetar negativamente a situação econômico-financeira da Emissora; e
- xvii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 A Emissora, conforme o caso, se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) Para a Emissora:

**IESA ÓLEO & GÁS S.A.**

Rua Mayrink Veiga, 09, 6º - 14º andares

20090-050 - Rio de Janeiro - RJ

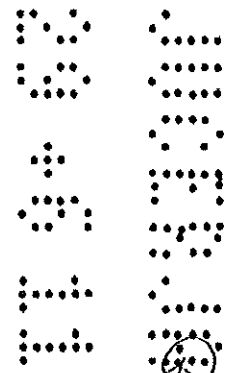
At.: Irajá Galliano Andrade / J. Carlos Moreira

Telefone: (21) 2206-5491/ (21) 2206-5252

Fax: (21) 2206-5089

Correio eletrônico: [iraja.andrade@iesa.com.br](mailto:iraja.andrade@iesa.com.br) / [jcarlos.moreira@iesa.com.br](mailto:jcarlos.moreira@iesa.com.br)

ii) Para o Agente Fiduciário:



**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, Itaim Bibi

04538-132 – SÃO PAULO – SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172 2628

Fax: (11) 3078 7264

Correio eletrônico: vrodrigues@plannercorretora.com.br

iii) Para o Banco Mandatário:

**BANCO PINE**

Avenida das Nações Unidas, 8501, 29º andar, Pinheiros,

05425-070 – São Paulo – SP

At.: Mayra Sauberlich de Pádua

Telefone: (11) 3372-5565

Fax: (11) 3372-5926

Correio eletrônico: mayra.pádua@bancopine.com.br

iv) para a Instituição Depositária

**BANCO BRADESCO S.A.**

Cidade de Deus, s/n, Vila Yara

06029-900 – Osasco – São Paulo

At.: João Batista da Silva e Fábio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911 e (11) 3684-2852

Fax: (11) 3684-2704

Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br e 4010.tomo@bradesco.com.br

v) Para a CETIP:

**CETIP S.A – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

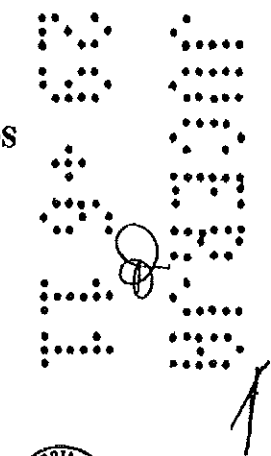
Avenida República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou



47  
7

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

vi) Para os Fiadores:

**VALDIR LIMA CARREIRO**

Av. Pineville, 450, Casa 32, Pinhais

83325-585 – Curitiba – PR

Telefone: (21) 2206-5348

Fax: (21) 2206-5089

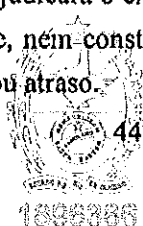
Correio eletrônico: [irajá.andrade@iesa.com.br](mailto:irajá.andrade@iesa.com.br) / [jcarlos.moreira@iesa.com.br](mailto:jcarlos.moreira@iesa.com.br)

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



2

1

48 14

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

## 12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2011.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*

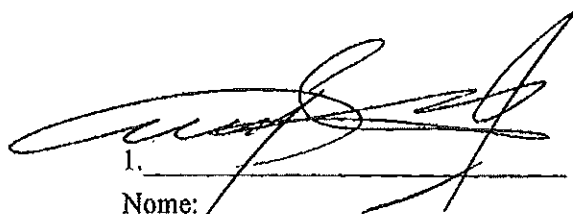
48 14

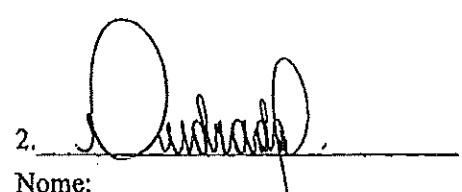


49  
7

(Página de Assinaturas 1/6 da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476, da IESA Óleo & Gás S.A.)

IESA ÓLEO & GÁS S.A.

1.   
Nome:  
Cargo:

2.   
Nome:  
Cargo:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: IESA ÓLEO & GÁS S/A  
Nire: 33.3.0027555-0  
Protocolo: 00-2011/240343-3  
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº  
ED33000254-4/000  
DATA: 29/06/2011  
Valéria B. M. Serra  
SECRETARIA GERAL

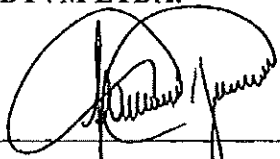


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Nome: IESA ÓLEO & GÁS S/A  
Nire: 33.3.0027555-0  
Protocolo: 00-2011/240343-3 - 27/06/2011  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 29/06/2011, E O REGISTRO SOLO NÚMERO  
E DATA ABAIXO.  
ED33000254-4/000  
DATA: 29/06/2011  
Valéria B. M. Serra  
SECRETARIA GERAL

(Página de Assinaturas 2/6 da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476, da IESA Óleo & Gás S.A.)

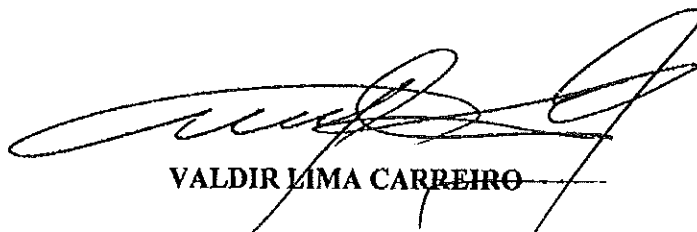
**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

1.   
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Viviane Rodrigues  
Diretora

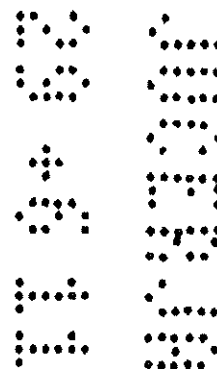
2.   
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Flávio D. Aguiar  
Procurador



*(Página de Assinaturas 3/6 da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476, da IESA Óleo & Gás S.A.)*

  
VALDIR LIMA CARREIRO

*Spina Cecilia Pinheiro Rebelo Carreira*





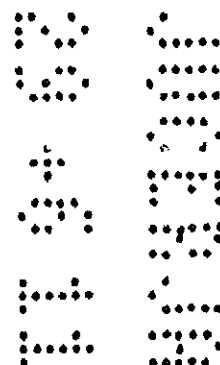
(Página de Assinaturas 4/6 da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476, da IESA Óleo & Gás S.A.)

19  
7

*Atilano de OMS Sobrinho*

ATILANO DE OMS SOBRINHO

*Maria Alice Araújo de Lima*



*(Página de Assinaturas 5/6 da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476, da IESA Óleo & Gás S.A.)*

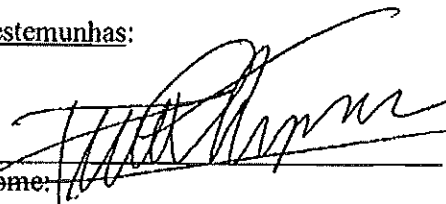
  
JAUNEVAL DE OMS



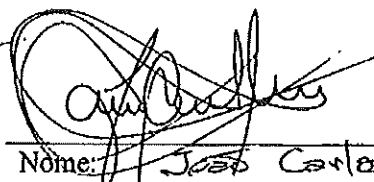
54

(Página de Assinaturas 6/6 da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, nos Termos da Instrução CVM nº 476, da IESA Óleo & Gás S.A.)


Testemunhas:



Nome: Renato Martins Campos  
RG: 28.971.788-8  
CPF/MF: 00000000000



Nome: José Carlos Moreira  
RG: 33882951-1 SSP. SP  
CPF/MF: 485538249-34

  
Luiz Claudio Carneiro da Graça  
Advogado  
OAB/RJ 77.371  
CPF: 751.808.987-49



